



Eixo: Marxismo, teoria social e crítica da economia política

A Teoria da Reprodução Social e a Opressão de Mães Atípicas

Resumo: O texto busca apontar as contribuições da Teoria da Reprodução Social para a compreensão dos processos de opressão vivenciados por mães de filhas e filhos com Transtorno do espectro autista -TEA, as mães atípicas. Evidenciou-se que os elementos de tais processos são naturalizados e romantizados na sociedade capitalista, o que reforça e perpetua a opressão contra elas. Esta poderia ser suavizada com políticas públicas que visem a reprodução social de forma socializada. Todavia, a superação da opressão contra as mulheres só poderá ser suprimida com a superação da ordem capitalista.

Palavras-chave: Teoria da reprodução social; marxismo; opressão contra mulheres; mães atípicas.

The contribution of social reproduction theory to understanding the oppression of atypical mothers in the context of capital

Abstract: The text seeks to point out the contributions of the Social Reproduction Theory to understanding the processes of oppression experienced by mothers of daughters and sons with Autism Spectrum Disorder - ASD, atypical mothers. It was evident that the elements of such processes are naturalized and romanticized in capitalist society, which reinforces and perpetuates the oppression against them. This could be mitigated with public policies that aim at social reproduction in a socialized way. However, overcoming oppression against women can only be suppressed by overcoming the capitalist order.

Keywords: Social reproduction theory; Marxism; oppression against women; atypical mothers.

1. INTRODUÇÃO

“Ah, meu Deus, tenha misericórdia de mim e cicatrize minhas asas partidas (Kahlil Gibran)”.

Como sabemos, o sistema capitalista se retroalimenta através de inúmeros mecanismos, todos perversos e baseados na exploração. Aqui partiremos de um destes mecanismos, que é a capacidade que o capital tem de responsabilizar o sujeito pela sua condição de precariedade, ocasionando processos devastadores tanto para este quanto para aquele. O sujeito neste texto refere-se à mulher enquanto mãe de filhas/os com Transtorno do Espectro Autista, os quais chamaremos de “mãe atípica e filho atípico¹”. Nos intriga o fato de que muitas dessas mães dedicam a maior parte de seu tempo aos

¹ Consideramos a faixa etária até os 17 anos completos conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente. No entanto, sabemos que adolescentes, jovens e adultos também são dependentes dos cuidados de terceiros, a depender do nível de suporte a ser direcionado aos mesmos.

cuidados com os filhos no âmbito privado, abrindo mão de seus projetos pessoais (o profissional é um projeto pessoal). Como se deu essa “escolha”? Foi de fato uma decisão particular ou fruto dos processos sociais de precariedade inerentes a um sistema de opressão que joga aos ombros das trabalhadoras e trabalhadores o fardo das crises produzidas por ele mesmo? Assim, evidenciamos nestas linhas, mesmo que de forma introdutória, o contexto das mães atípicas em meio às contradições do processo de acumulação do capital, através da abordagem da Teoria da Reprodução Social - TRS, já que acreditamos que esta lente pode ampliar de forma substancial, os caminhos que levarão à análise da opressão vivenciada pelas mulheres aqui consideradas.

2. A TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL

A reprodução social, enquanto conceito, começou a ser desenvolvido na década de 1970 por feministas em suas leituras e reflexões sobre os escritos de Marx, proporcionando ferramentas teóricas robustas e fundamentais para analisar como se originou a opressão contra as mulheres, dentre outras contribuições, como o entendimento que o capital é dependente do trabalho doméstico não remunerado. Segundo Mohandesi e Teitelman (2018), as estudiosas feministas revisitaram a história do capitalismo de forma diferenciada ao relatar sobre o trabalho das mulheres, a reprodução social, o trabalho de cuidado e a proteção social. Portanto, a narrativa teórica inaugurada pela Teoria da Reprodução Social - TRS transforma por completo a perspectiva de análise do sistema capitalista, deslocando-a da esfera da produção para a esfera da reprodução social, formando uma totalidade contraditória como descrita por Marx. A reprodução social incide na totalidade das atividades que criam, mantêm e restauram a força de trabalho responsável por gerar mercadorias e valor para o sistema do capital, ou seja, a força de trabalho é fonte de valor sem a qual o sistema desmoronaria. Marx define força de trabalho ou capacidade de trabalho como uma “mercadoria especial” fundamental ao capitalista. Assim, nossa força de trabalho tem a “peculiar propriedade de ser uma fonte de valor porque, com essa força de trabalho, criamos mercadorias e valor (Bhattacharya, 2019, p.102)”. Pois bem, a força de trabalho da trabalhadora/or reproduz-se através da recuperação de sua energia física e emocional, da regeneração de sua família e da produção biológica de novos trabalhadores. Mas onde nossos corpos se recuperam? Onde se dá a reprodução da força de trabalho tão

vital para o sistema? Se dá fora da esfera da produção capitalista num local caracterizado por vínculos de parentesco, a família. É neste espaço que se desenvolve o trabalho doméstico, considerado por Vogel (2022) componente do trabalho necessário ao processo de acumulação. Portanto, a produção de mercadorias está intrinsecamente relacionada à produção da vida, dando forma a um processo integrado que sustenta a produção capitalista.

É importante contextualizar de forma mais detalhada o que se entende por reprodução da força de trabalho para uma compreensão mais aprofundada da TRS. Assim, Bhattacharya (2019) aponta a conexão de três processos: 1) atividades que regeneram a trabalhadora/or fora do processo produtivo que permitem que esta retorne a ele. Englobam comida, descanso e cuidados emocionais para uma manutenção integral; 2) atividades que mantêm os não-trabalhadores que estão alheios ao processo de produção, “(...) isto é, os que são futuros ou antigos trabalhadores, como crianças, adultos que estão fora do mercado de trabalho por qualquer motivo, seja pela idade avançada, *deficiência* (grifo nosso) ou desemprego (Bhattacharya, 2019, p. 103)” e, por fim, 3) reprodução biológica de trabalhadores, ou melhor, o ato de conceber um ser humano. Destacamos que o segundo processo descrito vai ao encontro de nossa discussão, uma vez que as mães atípicas e suas filhas e filhos podem ser situadas nele, sustentando-se em Vogel (2022) que nos chama a atenção para o fato de que a força de trabalho faz parte da classe trabalhadora de forma geral, enquadrando as pessoas inaptas para o trabalho como crianças, idosos, doentes e pessoas com deficiência (inclusão nossa). Dessarte, tais atividades de reprodução da força de trabalho, da trabalhadora e do trabalhador na sociedade capitalista, são realizadas por meio do trabalho doméstico e gratuito no âmbito da família, atribuídos de forma desproporcional e violenta à mulher.

A demarcação altamente institucionalizada do trabalho doméstico em relação ao trabalho assalariado, em um contexto de supremacia masculina, forma a base para uma série de estruturas ideológicas poderosas, que desenvolvem uma vigorosa vida própria. O isolamento das unidades de trabalho doméstico parece ser, também, uma separação natural entre mulheres e homens. O confinamento a um mundo que está isolado da produção capitalista parece ser o cenário natural, consagrado, da mulher. Uma série de correlatos opostos dá corpo à divisão aparentemente universal da vida em duas esferas de experiência: privada e pública; doméstica e social; família e trabalho; mulheres e homens. Enraizada no funcionamento econômico do modo de produção capitalista, e reforçada por um sistema de supremacia masculina, essa ideologia de esferas separadas tem uma força que é extremamente difícil de transcender (Vogel, 2022, p. 353).

Assim sendo, existe uma contradição entre o trabalho doméstico e o assalariado que alimenta a necessidade de produção da mais-valia e aprofunda a tendência capitalista à crises e instabilidades baseadas tanto na produção quanto na reprodução. Como diz Vogel (2022), o trabalho doméstico entra em disputa com o processo de acumulação do capital na medida em que o somatório do tempo dedicado às tarefas domésticas comuns - cozinhar, fazer compras, cuidado com membros da família que trabalham e que não trabalham, limpeza da casa e das roupas etc, é tão grande que diminui drasticamente o tempo disponível para a inserção de quem o faz (no geral mulheres) na esfera do trabalho realizado em troca de salário. Neste sentido, Fraser (2023, p. 46) faz a seguinte colocação:

Por um lado, a reprodução social é uma condição imprescindível para a acumulação sustentada do capital; por outro, a orientação do capitalismo para a acumulação ilimitada tende a desestabilizar os próprios processos de reprodução social em que se baseia. Essa contradição está na raiz, eu afirmo, da nossa chamada crise do cuidado.

Com isso, Fraser (2023) afirma também que a economia capitalista é, em sua totalidade, dependente da esfera da reprodução social. É desta formulação que advém a Teoria da Reprodução Social, onde “(...) o capitalismo é um sistema unitário que pode integrar com êxito, ainda que desigualmente, a esfera da reprodução e a esfera da produção (Bhattacharya, 2019, p. 104)”.

3. AS LENTES MARXISTAS E A OPRESSÃO DAS MULHERES

A compreensão do processo de opressão das mulheres na sociedade requer uma conexão fundamental com as discussões de gênero dentro do processo de produção e reprodução do capital. Para tanto, iremos recorrer às contribuições de Marx e Engels, na tentativa de estabelecer um diálogo entre estes e algumas autoras feministas marxistas, partindo-se das relações sociais de gênero estabelecidas entre os sexos e seus significados (Lima, 2018). Sem entrar no mérito da construção do conceito, concordamos com Saffioti (2015) em suas formulações sobre o tema, em que sexo e gênero formam uma unidade, uma vez que a sexualidade biológica não pode acontecer sem estar vinculada a um contexto social determinado. Na mesma via: “Quando alguém apresenta uma identidade de gênero/sexo que é o resultado de um processo dinâmico, as forças biológicas e sociais já interagiram (Butler, 2024, p. 196)”. Mas ao nosso ver, a passagem mais adequada, por ser também poética, é a que traduz gênero assim: “(...) pois o gênero está relacionado a um sentido íntimo da experiência corporal vivida, um

sentido de quem se é, os contornos corporificados de um eu e, para algumas pessoas, o sentido de uma âncora que mantém coesa a arquitetura do ego (Butler, 2024, p. 261)”. Assim, “Gênero é a construção social do masculino e do feminino (Saffioti, 2015, p. 47)”.

Podemos aprofundar um pouco mais a nossa elaboração sobre a opressão contra as mulheres recorrendo ao conceito de patriarcado, apontando que este é o processo pelo qual a dominação e exploração das mulheres se constitui (Saffioti, 2015). Importa ressaltar que o conceito de gênero em si não evidencia desigualdade e hierarquia entre homens e mulheres. Porém, Saffioti (2015) pondera que existe uma hierarquia presumida. A autora alerta ainda que o conceito de gênero pode ser considerado uma categoria geral presente em toda a história. Mas de outro lado, o conceito de patriarcado é uma categoria específica em constante transformação, vigente em determinados períodos históricos. O que se tem hoje são relações patriarcais de gênero, ou melhor, relações onde o elemento dominante é o homem. Assim, o patriarcado é um sistema de exploração e dominação que subjuga as mulheres.

Marx e Engels (2008) postularam que o pensamento dos homens numa determinada época corresponde à forma como eles produzem a própria existência: “Os homens, ao desenvolverem sua produção material e seu intercâmbio material, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar (Marx; Engels, 2008)”. Sendo assim, é possível afirmar que o elemento determinante da história é a produção e a reprodução da vida, e esta é moldada através da criação e recriação do mundo pelo homem, sendo este o construtor de sua própria história. Porém, nos cabe aqui enfatizar que essa história não é construída com base nos anseios do homem, mas sim numa relação dialética contraditória nos termos em que Marx (2008) aponta: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com as quais se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado (Marx, 2008, p. 329)”. Neste sentido, a essência humana é constituída no seio das relações sociais porque homem e mulher são seres sociais acima de tudo, inseridos concomitantemente na produção e na reprodução, na concretude, no real que é produto das condições materiais de vida encontradas e/ou produzidas por eles mesmos (Lima, 2018). Nesta realidade concreta temos a reprodução social que percebe o capitalismo enquanto um sistema unitário que integra a produção e a reprodução conforme mencionado anteriormente. Mesmo que essa integração seja

desigual uma incide na outra, ou seja, mudanças na esfera da produção refletem em mudanças na reprodução e vice-versa, conforme exemplifica Bhattacharya (2019): salários baixos podem intercorrer em violência doméstica. A autora afirma ainda que esta percepção é a mais importante dentro da TRS. A ideia transmitida por ela vai de encontro ao pensamento de Marx e Engels sobre a opressão das mulheres. Mesmo que os dois filósofos não tenham discutido este assunto de forma direta, indiretamente eles apontaram a libertação das mulheres do trabalho doméstico como uma condição indispensável para a transformação da realidade (Lima, 2018).

Por que essa é a percepção mais importante? Porque fornece substância histórica real para compreender: (a) quem é “trabalhador/a” e (b) de que maneiras o/a trabalhador/a pode lutar contra o sistema. O mais importante é que essa teoria nos ajuda a entender que quaisquer ganhos nos direitos de gênero que tenhamos, tanto na economia formal quanto fora dela, só podem ser temporários, porque a base material da opressão às mulheres está amarrada ao sistema como um todo. Qualquer conversa sobre o fim da opressão e sobre a libertação, então, precisa lançar mão de uma conversa simultânea sobre o fim do sistema em si (Bhattacharya, 2019, p. 104).

Nesta ótica, é preciso mencionar a família e seus papéis no âmbito do capitalismo, evidenciando que sua concepção comumente articulada ao amor e ao afeto, tem na verdade suas bases na propriedade e no controle. Mas a propriedade e o controle incidem quase sempre sobre a mulher, gerando a opressão de gênero e a exploração que estarão vigentes até a superação da sociedade capitalista. Dessarte, Alencar (2011) salienta que a família participa da reprodução da força de trabalho do ponto de vista material e ideológico. Assim a família: “Cumprir papéis no âmbito da socialização e educação de crianças e funciona como importante anteparo assistencial no caso de doenças, velhice e das circunstâncias adversas relacionadas ao trabalho (Alencar, 2011 p. 134)”. Desta forma, a família é vital para a reprodução das relações capitalistas pois restabelece a força de trabalho, exercendo papel crucial na sobrevivência da classe trabalhadora.

A família é responsável por manter em níveis ou condições compatíveis a força de trabalho adulta para a venda no mercado de trabalho, bem como prepara os futuros trabalhadores ao garantir a socialização e a manutenção das crianças e dos jovens circunscritos na esfera familiar. (...) A família é, pois, a esfera privada responsável pela organização de todo o processo de administração do trabalho doméstico, operando a realização de tarefas na produção de valores de uso na esfera privada. Esse conjunto de atividades exige uma soma de energia e de esforços conjugados e se constitui mesmo em trabalho não pago, o que significa dizer ter relações diretas com a exploração da força de trabalho. Mas, em geral, tende a ser naturalizado e tido como próprio do universo feminino (Alencar, 2011, p. 135).

Não podemos esquecer que a família e o amplo leque de modos de ser que a circunda, configura-se enquanto um complexo histórico que se compõe e recompõe na vida cotidiana da sociedade. Sendo um espaço contraditório, as dinâmicas sociais que se apresentam em seu interior são o resultado dos conflitos produzidos no âmbito da sociedade capitalista e sua face autoritária, paternalista, conservadora e patriarcal. Desta forma, a família se desenvolve *pari passu* com a sociedade, sendo reflexo histórico e social da mesma. Assim, o capitalismo não pode sobreviver sem a família², pois esta é um lugar seguro para a reprodução da força de trabalho (Battacharya, 2023). Neste sentido, entendemos a família enquanto totalidade complexa e plural onde são manifestadas sua concepção, historicidade e estrutura sócio econômica, política e cultural (Mioto, 2010). No âmbito da família, a mulher desenvolve múltiplos papéis (mãe, cuidadora, cozinheira, arrumadeira, lavadeira), desenvolvendo atividades em número desproporcional em relação ao homem. Assim, forma-se uma estrutura ideológica poderosa como a naturalização do trabalho doméstico atribuído às mulheres.

Assim, vemos que é na esfera da família que se desenvolve o cuidado, ou melhor, a reprodução social, as contradições socio-reprodutivas do capitalismo contemporâneo conforme sinaliza Nancy Fraser (2023), e a qual ela afirma estar em crise nos dias atuais, reforçando a tese de que o capitalismo carrega consigo uma imensa tendência à desestabilização como já citamos. A autora descreve esta crise como a crise do cuidado, onde a reprodução social é condição fundamental para a acumulação de capital, mas, ao mesmo tempo, o capital tende a desequilibrar os processos de reprodução social nos quais se funda e necessita. Para Fraser (2023), esta é a raiz da crise: a contradição socio-reprodutiva do capitalismo manifestada nos déficits de cuidado experimentados atualmente.

Chamada de cuidado, trabalho afetivo ou subjetivação, essa atividade forma os sujeitos humanos do capitalismo, sustentando-os como seres naturais corporificados e, ao mesmo tempo, constituindo-os como seres sociais (...). O trabalho de dar à luz e socializar os jovens é crucial nesse processo, assim como cuidar dos idosos, manter lares e membros da família, construir comunidades e sustentar os significados compartilhados, disposições afetivas e horizontes de valor que dão alicerce à cooperação social (Fraser, 2023, p. 48).

Na atualidade de desenho neoliberal em que nos situamos, o sistema vem realizando um chamamento intensivo das mulheres³ para a realização “também” do

² A família heteronormativa construída pelo capitalismo.

³ Família de dois provedores, conforme aponta Fraser (2023).

trabalho remunerado, resultando numa relação duplamente opressora, uma vez que a mulher não é liberada dos afazeres domésticos. O capital mostra-se como um sistema inconsequente e desigual e uma de suas piores manifestações se dá na desigualdade entre homens e mulheres. Assim, a opressão das mulheres é inerente ao processo de acumulação. Entendemos, desta forma, que o próprio processo imposto às mulheres de equilibrar o cuidado (reprodução) e o trabalho remunerado é, em si mesmo, um meio violento de opressão. Uma forma de suavizar este contexto seria a socialização da reprodução social conforme explica Bhattacharya (2023, p. 631-632), através do deslocamento do trabalho doméstico da esfera privada (família) para a esfera pública:

Pelo que sei, já existem cozinhas públicas para os ricos: chamam-se restaurantes. O que queremos é que cozinhar seja uma opção. Se eu convidar você para ir a minha casa, posso querer preparar uma refeição para você, mas o que não quero é cozinhar todos os dias para poder alimentar a mim mesma e a meus seres queridos. O que eu preciso é de cozinhas públicas na minha rua, nas quais eu possa trabalhar junto com minhas vizinhas e meus vizinhos, amigas, companheiras e companheiros, e que compartilhem a tarefa de cozinhar. Isso é muito mais eficiente do que a atual organização do trabalho doméstico e de nossas vidas.

A oferta de serviços domésticos públicos aliviaria muito as responsabilidades que são colocadas nos corpos das mulheres. A opressão não seria extinta pois está enraizada no capital tal como é, mas seria consideravelmente suavizada. E esta deve ser uma luta pela socialização da reprodução social que deve abranger segundo Fraser (2023) as lutas por moradia, assistência médica, segurança alimentar, renda básica, pelos direitos das trabalhadoras domésticas e prestadores de serviço social em casas de repouso e hospitais⁴, lutas por serviços públicos como creches e asilos, por licença maternidade e licença parental, além da luta pela redução da jornada de trabalho. Este movimento condiz com uma metamorfose nas relações de produção e reprodução que traduz a necessidade de (...) “arranjos sociais que permitam a pessoas de todas as classes, gêneros, sexualidades e raças combinar atividades reprodutivas sociais com um trabalho seguro, interessante e bem remunerado (Fraser, 2023, p. 66)”.

4. A (ROMANTIZAÇÃO) OPRESSÃO DAS MÃES ATÍPICAS

⁴ Estes também atuam na reprodução social.

Os caminhos teóricos percorridos até aqui foram uma tentativa de demonstrar o quanto a opressão das mulheres abarcam inúmeras formas de violência contra elas. Em se tratando de mães atípicas, somam-se outros meios violentos que as sufocam em seu cotidiano, os quais tentaremos relatar. Para iniciar o debate, mãe atípica e filho atípico referem-se ao Transtorno do Espectro Autista - TEA, considerado deficiência desde o ano de 2012⁵. O termo atípico é o oposto de típico e sugere um neurodesenvolvimento diverso do que é esperado para determinada idade.

Cuidar de uma filha ou filho atípico supõe inúmeras atividades que se repetem no âmbito do lar e fora dele, demandando um somatório de energia, tempo e esforços não compensados com remuneração, o que propõe uma relação direta com processos de exploração e opressão. Este é o reflexo da sociedade capitalista que sobrecarrega as famílias com muitas demandas e exigências em razão das contradições próprias da lógica de acumulação. A este paradigma nominamos *familismo*, que tende a aprofundar “a matriz patriarcal da família estruturada nas relações hierárquicas entre homens e mulheres, pais e filhos na família nuclear moderna (Alencar, 2011 p. 136)”.

Ao analisar os processos de abandono de projetos pessoais, geralmente permeados pela realização no mercado de trabalho e/ou pela necessidade econômica e social de se manter nele, vimos que os mesmos vêm de encontro ao que discutimos até agora: a Teoria da Reprodução Social e sua relação com a opressão das mães atípicas. Nesta análise escolhemos uma reportagem que aborda como as mães de filhas e filhos “especiais⁶” se anulam para cuidar dos mesmos. Citamos trechos dessa reportagem e os analisamos de forma crítica, articulando-os às aproximações que já fizemos. A reportagem é do site G1, publicada em 2018, intitulada “*Renúncia em nome do amor: a luta de mães que deixaram tudo para cuidar de filhos especiais: Elas adiaram planos, deixaram o trabalho e tiveram que se adaptar a uma nova vida após a chegada dos filhos. Neste Dia das Mães, o G1 buscou histórias de doação e superação*”. O título por si só já nos chama bastante atenção. Nele é possível notar uma síntese das vivências dessas mulheres nas expressões: *renúncia, luta, deixaram tudo, adaptar, doação e*

⁵ Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012: TEA é uma deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

⁶ Em nossa análise nos concentramos nas falas das mães atípicas.

superação. Em uma palavra, opressão. Assim, eis algumas das falas das mães entrevistadas:

Eu já tinha oito anos de cartório, estava estabilizada, tinha um salário ótimo, já estava no auge. Tive que escolher se continuava ou tomava conta dos meus filhos. Não foi uma escolha fácil, mas eu não me arrependo de nada. Se eu pudesse voltar atrás, eu teria deixado meu emprego antes (Luciana, 42 anos, mãe de Rafael, 5 anos, TEA).

No início de nosso estudo demonstramos que a reprodução social abrange o cuidado e a manutenção também dos não-trabalhadores, onde se inserem as crianças e as pessoas com deficiência (Bhattacharya, 2019). Destacamos, desta forma, que neste processo as mães atípicas e seus filhos atípicos são integrantes da classe trabalhadora de forma geral, visto que Vogel (2022) enquadra nesta as pessoas inaptas para o trabalho como crianças, idosos, doentes e *pessoas com deficiência* (inclusão nossa). Resgatando esta ideia, tem-se a fala da Luciana, onde percebemos que de fato ela crê que foi uma escolha dela, uma opção individual abandonar seus projetos para cuidar do filho. No entanto, sabemos que não existe opção quando o Estado não oferece políticas públicas que deem conta de suprir as necessidades dos trabalhadores. Não existe opção diante de um Estado que sobrecarrega as famílias com o cuidado de seus membros. Assim, a reprodução social fica a cargo das famílias, ou melhor, das mulheres, muitas vezes, chefes das famílias. Desta forma, a decisão de abrir mão de si mesma em detrimento de um filho autista nunca é particular, mas sim fruto dos processos sociais de precariedade inerentes a um sistema de opressão que joga aos ombros das mães atípicas o fardo das crises que ele mesmo concebe. Se faltam serviços públicos como creche, clínicas especializadas, escolas, suporte psicossocial dentre outros aparatos fundamentais ao desenvolvimento de uma criança atípica, a única opção para a mãe é abstrair-se. E o fato de abandonar o emprego, por exemplo, fomenta não só a diminuição da renda familiar, mas também acentua a pobreza, a violência e o adoecimento biopsicossocial das mães. O que é oferecido em termos de proteção social⁷ não cobre os gastos que se tem com uma PcD. Além disso, quando inserida no mercado de trabalho, a mãe atípica está sujeita a se atrasar, a tirar licenças, a acompanhar o filho nas terapias. Mesmo com alguns direitos assegurados, a opressão no trabalho pode acontecer por meio do assédio e outros mecanismos que muitas vezes obrigam as mães atípicas a abandonarem o

⁷ Estamos nos referindo ao Benefício da Prestação Continuada - BPC, o qual a PcD tem direito, desde que atenda a critérios surreais de renda.

emprego. Assim, podemos afirmar que não se trata de decisão, mas opressão, sobretudo. Vejamos mais um trecho da entrevista, agora com outra mãe atípica.

Quando vi que ela não poderia sonhar por ela mesma, peguei os sonhos dela para mim. Agora, os meus sonhos são os dela. Abrir mão de tudo foi muito difícil, mas hoje em dia sou muito grata a Deus por ter me dado esse discernimento naquela hora (kamila, 29 anos).

Se repete nesta narrativa, como na primeira fala (*não foi uma escolha fácil*) a questão da dificuldade em se tomar a decisão pelo abandono de si mesma. Não parece antinatural, contraditório? Será que não fosse pelo embelezamento e romantização da maternidade atípica e da renúncia, enquanto processos ideológicos de opressão da mulher, as mães realmente tomariam tal atitude? A escolha é feita por ela ou pelos dedos apontados para ela? Que poder é este do capital, que tudo organiza em torno de si! Com certeza não é uma decisão fácil abrir mão de ter uma renda. As mães da reportagem relatam dificuldades financeiras. Mas as mães atípicas estão presas no que a sociedade indica para elas como sendo o politicamente correto. Estão presas no diagnóstico de seus filhos e vêm-se sepultadas com ele muitas vezes. Ah, se as mães atípicas possuíssem a cobiçada *rede de apoio*... e não definimos essa rede apenas como a que conta com o apoio de familiares, amigos e vizinhos. Estamos falando da rede de apoio no âmbito público das políticas sociais. Assim, essa renúncia produzida enquanto um ato de amor, nada mais é do que a mão do Estado responsabilizando as famílias pela proteção social de seus membros.

É bom apontar aqui que não estamos depondo contra o amor maternal, ao contrário, estamos tentando arrear dos ombros das mães atípicas o fardo solitário que elas carregam porque o Estado não comparece em seu suporte. Acreditamos que o amor materno teria mais qualidade, num contexto de políticas públicas de cuidado não só para os filhos atípicos, mas para as mães destes também. Na atualidade muito tem se falado da importância em se criar memórias afetivas para os filhos. Como criar memórias afetivas em meio ao cansaço, violência e pobreza? Se é possível, podemos acreditar que alguém está sendo oprimido nesta história porque somos regidos pelo capital, que com suas perversas e contraditórias linhas, traça nossas vidas de forma a atender seus caprichos e ainda nos faz acreditar que suas mazelas são frutos de nossos fracassos e por isto temos que aceitá-las como naturais. Esta é a romantização da opressão contra as mães atípicas.

A opressão contra as mães atípicas acumula diversos outros processos de opressão que vimos como machismo, racismo e o capacitismo. Podemos somar aqui a constante pressão para dar conta de tudo: trabalho, casa, casamento, educação dos filhos, boa aparência e equilíbrio emocional. Muitas mães atípicas são abandonadas à própria sorte. É comum serem abandonadas por seus maridos. *Por isso que na reportagem a figura paterna não aparece.* Este é um reflexo da construção patriarcal e machista que envolve nosso contexto social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS (?)

A compreensão da TRS está estreitamente atrelada às questões de gênero e classe, mas como vimos, a deficiência também pode ser considerada enquanto produto de opressão. A reprodução social percebe o capitalismo enquanto um sistema unitário que integra a produção e a reprodução. Neste texto buscamos realizar algumas aproximações iniciais sobre as contribuições da TRS na compreensão da opressão das mães atípicas. Identificamos que esta opressão se materializa de diversas maneiras e situa-se nos processos de renúncia a projetos pessoais das mães atípicas, em detrimento ao cuidado com os filhos, conforme demonstramos na reportagem do site G1. Ao analisarmos este processo observamos que estão subsumidos diversos elementos contraditórios típicos de um sistema baseado na acumulação que desconsidera a totalidade. Identificamos alguns destes elementos mas assumimos que enumerá-los poderá suscitar em outras inquietações que devem ser analisadas posteriormente. Por exemplo, a família aparece na reportagem como responsável pelos cuidados da pessoa com deficiência, porém apenas à mãe foi atribuída tal tarefa. Chama a atenção também a idade das mães entrevistadas que varia entre 29 e 42 anos, ou seja muito jovens e provavelmente, cheias de sonhos que poderão não ser realizados devido às imposições do capital. Sabemos que existem pais muito participativos no cuidado com os filhos. Os que dividem as tarefas domésticas e o cuidado dos filhos com as mulheres são raros. E infelizmente, o reflexo de nossa estrutura patriarcal normaliza que os homens cheguem em casa e encontrem a comida pronta, a casa limpa, os filhos cuidados e educados e a mulher bonita e bem disposta. Quando a mulher não suporta tanta sobrecarga é chamada de inopetente, louca. As que dão conta (a um preço muito alto) são chamadas guerreiras, mas na verdade elas são sobrecarregadas.

Vimos na reportagem que a narrativa das mães que abandonaram suas carreiras supõe um não arrependimento deste ato, mas ao mesmo tempo elas afirmam que estavam no auge da carreira e com um ótimo salário. Entendemos que só se renuncia a estabilidade quando não há outra opção. Este é um ponto fundamental: elas não tiveram escolha. Foram obrigadas a optar por uma vida menos estável pelas condições sociais de exploração que abstraíram seu direito ao trabalho. Se os filhos pudessem ser cuidados em instituições públicas, se a alimentação fosse fornecida em restaurantes comunitários, se a roupa pudesse ser lavada também em espaços públicos, ou seja, se a reprodução social fosse socializada, as mães atípicas teriam mais chances de viver de forma plena. É importante resgatar as ideias de Marx e Engels (2008) onde eles afirmam que, apesar dos homens comporem a sua história, suas escolhas são moldadas de acordo com a realidade em que vivem. Este é o contexto das mulheres que apontamos neste escrito.

Não podemos esquecer que as mães atípicas vivem de formas diferentes seus processos. Isto porque a classe social a qual pertencem faz toda a diferença. Sim, porque ser mãe atípica pertencente às classes subalternas é substancialmente diferente de o ser pertencendo às classes mais altas. Para a mãe das classes baixas as desigualdades são mais acentuadas pois falta o essencial: comida, teto, renda, por exemplo. Assim, a opressão se consolida de forma mais extrema. Para a mãe atípica da classe antagônica, sem descartar o fardo emocional que o autismo carrega, a vivência pode ser muito diferente pois a renda familiar possibilita terceirizar o cuidado e o trabalho doméstico através do contrato de outras mulheres (as das classes exploradas).

Desta forma, é preciso trazer a realidade das mães atípicas para uma análise crítica para que os processos de romantização de todos os elementos de opressão que a permeiam sejam superados. Porém, não é uma tarefa fácil pois, como aponta Safiotti (2015), a maioria das mulheres brasileiras são conservadoras, ou melhor, são mulheres femininas e não feministas. São mulheres que ainda não possuem criticidade para absorver as teses feministas que postulam a igualdade social para homens e mulheres. É este conjunto de pensamentos e atitudes conservadoras que reforçam e reproduzem o machismo em todas as esferas da sociabilidade, não só dentro da família. É preciso romper com a ideologia da mãe e esposa amorosa que possui uma força inabalável, que nunca desanima, que tem tudo sob controle, que não adocece. Ideologia violenta que rompe com sonhos e destrói qualquer perspectiva de vida mais leve e prazerosa.

Por fim, baseando-se na Teoria da Reprodução Social tentamos demonstrar que esta fornece uma lente poderosa para iniciarmos uma aproximação analítica em torno da opressão vivenciada cotidianamente por mães atípicas. Ao nosso ver, estas são transpassadas por uma diversidade de elementos que a prendem num círculo de exploração, sendo que o principal é a visão romantizada de seus dilemas. Esperamos que este texto estimule outras pesquisadoras a se aprofundarem neste tema que é atual e por isto mesmo, sua problemática permeia diversos campos teóricos contemporâneos como a TRS. Assim, enquanto mãe atípica, deixo uma frase: *O que a sociedade romantiza é o que nos oprime e nos mata. Por mais mães atípicas na ciência!*

REFERÊNCIAS:

ALENCAR, Mônica. Maria. Torres. **Família, Trabalho e Reprodução Social: limites na realidade brasileira.** DUARTE, M. J. O; ALENCAR, M. M. T. (orgs.). Família e Famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas. 2ª tiragem. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

BHATTACHARYA, Tithi. **O que é a teoria da reprodução social?** In: Revista Outubro, número 32, p. 99-113, 2019.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?** São Paulo: Boitempo, 2024.

FRASER, Nancy. **Crise do Cuidado? Sobre as contradições socio-reprodutivas do capitalismo contemporâneo.** In: Bhattacharya, Thiti. Teoria da Reprodução social: remapeamento de classe, recentralização da opressão. São Paulo, Elefante, 2023.

LIMA, Rita de Lourdes. **A questão das relações sociais de gênero em Marx e Engels: contribuições do pensamento marxista para entender a opressão das mulheres.** In: Marxismo, política social e direitos. BOSCHETTI, I. BEHRING, E.; LIMA. R.L. Cortez: São Paulo, 2018.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte.** Texto integral. Coleção a obra-prima de cada autor. Martin Claret: São Paulo, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** Coleção a obra-prima de cada autor. Martin Claret: São Paulo, 2008.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Família, trabalho com famílias e Serviço Social. Serviço Social em Revista.** Londrina, v. 12, n.2, p.163-176, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/7584/6835>. Acesso em: 19 de maio de 2024.

MOHANDESI, Salar; TEITELMAN, Emma. **Sem reservas**. *In*: Teoria da reprodução social: remapear a classe, recentralizar a opressão. Org.: BHATTACHARYA, Tithi. São Paulo: Editora Elefante, 2023.

Renúncia em nome do amor: a luta de mães que deixaram tudo para cuidar de filhos especiais. Site G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/renuncia-em-nome-do-amor-a-luta-de-mães-que-deixaram-tudo-para-cuidar-de-filhos-especiais.ghtml>. Acesso em 15 de maio de 2024.

VOGEL, Lise. **Para Além do Trabalho Doméstico** (capítulo 11). *In*: Vogel, L. Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária. 1ª edição. São Paulo. Editora Expressão Popular, 2022.

SAFITOTTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão popular, 2015.